



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

OCCASIONAL PAPER N.º 40

OS EUROPEUS ADORAM OBAMA. ADORARÁ OBAMA OS EUROPEUS?

Bernardo Pires de Lima, IDN e IPRI-UNL

30 | Outubro | 2008

Em sondagem recente, a Europa afirmou-se finalmente no panorama internacional. Não pela sua capacidade militar. Também não pela sempre ansiada “unidade na acção externa”. Os Europeus pronunciaram-se e emitiram um parecer doutoral: a Europa é um *blue state* norte-americano e Barack Obama o seu Presidente. O título demonstra orfandade, é certo, mas mascara a realidade. Estarão os europeus conscientes que o Democrata será, agora e sempre, o Presidente de “todos os norte-americanos”? Terão considerado, eventualmente, que a “era Bush” não cessa com o fim da sua Administração, como aliás não começou com ela? Estarão, por fim, cientes que os problemas mundiais continuam e que os interesses dos Estados Unidos se manterão, a começar e a terminar com a permanência da sua primazia no sistema? Talvez o impulso de “votar” tenha ofuscado uma análise mais pensada. Ou talvez nem tanto.

A “era Bush” não começou com ele nem cessará com a sua partida. Atendamos à propalada “expansão democrática”, ao uso da força por motivos humanitários, punitivos ou antecipatórios, à luta anti-terrorista, à eliminação ou contenção da proliferação de armas de destruição maciça, ao unilateralismo e secundarização do

papel do Conselho de Segurança, ao sentido valorativo e benigno do papel dos EUA no mundo, à defesa do comércio livre, à sedimentação da hegemonia norte-americana. Tudo objectivos, estratégias, políticas, desígnios nacionais e abordagens perante as relações internacionais que têm eco na história norte-americana com outras administrações, mas que sobretudo foi cunhada pela “nação indispensável” da “era Clinton”. Bush foi muito menos revolucionário do que os seus mandatos parecem ter revelado.

Isto não significa que o alcance de muitas das suas decisões não tenha sido ou venha ainda a ser maior do que muitas das acções desencadeadas pelo seu antecessor na Casa Branca. Estamos longe de poder avaliar com rigor essa abrangência. Mas uma conclusão pode ser extraída desde já: o 11 de Setembro foi a causa da operacionalização de muitas das linhas de continuidade com Clinton. Ora, isto não é motivo para deixar de reconhecer os erros, as falhas na avaliação ou o clima de hostilidade criado pela Administração Bush, sobretudo entre 2001 e 2006, altura em que o Iraque adquire um rumo distinto, com a chegada do General Petraeus e o Pentágono recebe de braços abertos Robert Gates, nome aliás que Obama não enjeitará manter em funções. Mas tivesse o 11 de Setembro ocorrido na década de 1990 e estariam provavelmente as opiniões públicas a diabolizar da mesma forma os mandatos de Bill Clinton. A sorte em política é tudo.

Neste sentido, será uma Administração Obama uma verdadeira mudança nesta “era norte-americana”? Na substância, não. O estilo, a dinâmica, o *momentum* conquistado com mérito durante a campanha, ditarão certamente diferenças com o passado recente. Estranho seria se assim não sucedesse. Mas serão distintos os interesses estratégicos nacionais norte-americanos durante os próximos quatro anos? Não é isto que as teses de Obama nos têm dito. O mundo norte-americano de Barack Obama é o actual, com duas guerras para ganhar no Iraque e no Afeganistão; uma crise financeira para estancar e uma outra económica para controlar; um Irão nuclear a evitar, mas uma aliança com Israel a preservar; um olhar mais atento aos grandes pólos de poder além-Europa, sobretudo no Pacífico e na Ásia Central; um lugar na arquitectura de segurança internacional, desenhada desde o 11 de Setembro, em cujo lugar a Europa deve estar, mas não com o protagonismo de outrora. Em boa verdade, uma Administração Obama será a primeira que fica nesta grande fotografia global. A primeira que encontra este quadro. Não é, no entanto, aquela que esteve na sua génese nem contribuiu para o seu desenho, mais ou menos definido.

Num segundo plano, continuaremos a assistir à defesa da prevalência dos interesses norte-americanos, mesmo que estes choquem com aliados. De facto, este “choque”

pode ser ultrapassado com uma Administração em que se depositaram imensas expectativas. Mas isto não significa que os interesses norte-americanos venham a ser subjugados a outros. O que em último caso faz prevalecer a lógica natural da política internacional. Há que aceitar o facto, também ele nada inovador.

Certamente nada inovador é o objectivo primeiro de qualquer Presidente de uma superpotência como os EUA: garantir a preservação do seu estatuto na hierarquia internacional. Uma Administração Obama não fugirá à regra iniciada, em bom rigor, com Bush pai, quando se viu com um poder inigualável nas mãos sem saber muito bem o que fazer com ele. Uma angústia e desilusão que levou, à época, muito dos seus admiradores, neoconservadores inclusive, a apoiarem Bill Clinton em 1992. Preservar a hegemonia norte-americana será objectivo de Obama, outro ponto distinto é a forma como esse projecto será conseguido. Aparentemente, uma Administração Obama traz consigo uma folga política desprovida de desgaste. Mas, na substância, qualquer pendor diplomático acrescido jamais anulará o uso da força militar. Este foi uma linha de continuidade no discurso de Barack Obama, quer como candidato às primárias democratas, quer como nomeado do partido. Não será por certo diferente enquanto Presidente de um Estado com um orçamento para a Defesa de 500 biliões de dólares anuais.

O ponto talvez mais complicado para a Administração será a luta anti-terrorista, considerada por Obama a grande prioridade da segurança nacional norte-americana. Ela deve ser garantida no Afeganistão e não no Iraque, como diversas vezes confirmou. Dois pontos muito simples sobre isto. Primeiro, centralizar os esforços militares, diplomáticos e económicos dos EUA e aliados no Afeganistão exige um plano responsável de compromisso no terreno iraquiano. Em bom rigor, este está já a ser negociado pela Administração Bush, Obama seguirá, se bem aconselhado, o legado do seu antecessor. Segundo, reforçar a estratégia no Afeganistão exige um compromisso de tudo ou nada para a NATO. Este é o maior desafio da história da Aliança Atlântica. Uma Administração Obama reconhecerá esse desafio publicamente, colocará a fasquia no seu devido lugar e, acima de tudo, responsabilizará muito mais os seus intervenientes. E é aqui que os europeus têm a “temer”. Obama tem dito incessantemente que deve haver mais esforço político, económico e militar dos aliados no Afeganistão. Muitos têm-se escudado em *caveats*, em lógicas eleitoralistas internas ou nos poucos recursos que possuem. Nada deste argumentário será admitido com uma Administração Obama. O preço é a desagregação da Aliança, com todos os riscos que isso acarreta na segurança europeia, na coesão da União e na consolidação dos frágeis sistemas democráticos de muitos dos seus membros.

Os europeus não vão ter vida fácil com Obama. Terão que mostrar que querem continuar a contar para Washington quando outros pelo mundo fora ganharam novo peso nessa relação. Querem estancar o seu declínio com uma predisposição atlântica já demonstrada pelas suas principais potências (França, Alemanha, Grã-Bretanha, Polónia, Itália). Deixarão, por certo, de florear a política com a ausência de acção. A Europa da *free ride* terá alguns pesadelos com uma Administração Obama e vai ter saudades de George W. Bush. A *mudança* apregoada por Obama será para os europeus a sua maior dor de cabeça: ou acompanha, ou definha.